

- edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária; dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados, incorridos no mês;
- bens recebidos em devolução, cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei, devolvidos no mês;

Obs.:

1. Não dará direito a crédito o valor de mão-de-obra paga à pessoa física.
2. O direito ao crédito aplica-se, exclusivamente, em relação: aos bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País;
 - aos custos e despesas incorridos, pagos ou creditados à pessoa jurídica domiciliada no País;
 - aos bens e serviços adquiridos e aos custos e despesas incorridos a partir do mês em que se iniciar a aplicação do disposto nesta Lei.

A referida Lei ainda define regras para o regime de lucro presumido, empresas não sujeitas à nova Lei, compensação, operações não sujeitas à incidência e demais disposições.

2 – Do Pagamento de Débitos

Redução de multa em 50% (cinquenta por cento) e cobrança de juros somente a partir de fevereiro de 1999 (SELIC) são os atrativos para os contribuintes liquidarem os débitos com a Secretaria da Receita Federal, em única parcela a ser paga até 31 de janeiro de 2003.

Poderão ser pagos os débitos relativos a tributos já declarados constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ajuizados ou não, referente a fatos geradores ocorridos até 30/04/2002, com redução da multa em 50% e aplicação de juros somente após fevereiro de 1999 (para débitos anteriores a esta data ou a partir do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador).

Os débitos com ações ajuizadas contra imposto ou contribuição instituído ou majorado após 1º de janeiro de 1999, poderão ser pagos com dispensa da multa moratória e punitiva.

Algumas restrições são feitas para que o contribuinte possa usufruir tais benefícios, tais como a adimplência fiscal a partir de maio até dezembro de 2002 e a desistência das ações e/ou recursos administrativos pendentes.

3 – REFIS

Os contribuintes que na data de adesão ao REFIS optaram erroneamente no termo de adesão pelo pagamento em 60 parcelas, mas fizeram os recolhimentos (desde o primeiro) pelo percentual do faturamento, ou vice-versa, poderão solicitar a mudança da opção até o dia 31/01/2003.

Os contribuintes excluídos do REFIS por esse motivo poderão ser restabelecidos no programa, observadas as normas do Comitê Gestor do Refis e a regularização da opção até 31/01/2003.

4 – SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte)

A partir de janeiro de 2003 também poderão optar pelo SIMPLES as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de viagem e turismo.

5 – CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

Relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2003.

Alíquota

A alíquota de CSLL passou a ser de 9% (nove por cento).

Bônus

Foi instituído um bônus pela adimplência dos tributos administrados pela SRF, aplicável às pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real ou presumido.

O bônus acima referido:

- i - corresponde a 1% (um por cento) da base de cálculo da CSLL determinada segundo as normas estabelecidas para as pessoas jurídicas submetidas ao regime de apuração com base no lucro presumido;
- ii - será calculado em relação à base de cálculo referida no item "i", relativamente ao ano-calendário em que for permitido seu aproveitamento;
- iii - na hipótese de período de apuração trimestral, o bônus será calculado em relação aos 4 (quatro) trimestres do ano-calendário e poderá ser deduzido da CSLL devida correspondente ao último trimestre;
- iv - as pessoas jurídicas que possuírem tributos administrados pela SRF nas situações abaixo relacionadas, em um período relativos a cinco anos-calendário, não poderão utilizar o bônus em questão:
 - a - lançamento de ofício;
 - b - débitos com exigibilidade suspensa;
 - c - inscrição em dívida ativa;
 - d - recolhimentos ou pagamentos em atraso;
 - e - falta ou atraso no cumprimento de obrigação acessória.
- v - na hipótese de decisão definitiva, na esfera administrativa ou judicial, que implique desoneração integral da pessoa jurídica, as restrições referidas nas alíneas "a" e "b" acima serão desconsideradas desde a origem.
- vi - a dedução do bônus dar-se-á em relação à CSLL devida no ano-calendário.
- vii - a utilização indevida do bônus instituído por este artigo implica a imposição da multa de que trata o inciso II do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sem prejuízo do disposto em seu § 2º.

6 – Lucro Presumido

Foi majorado o limite que permite a opção pelo regime com base no lucro-presumido conforme abaixo:

"A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido".

Conseqüentemente o limite para obrigatoriedade do regime tributário pelo lucro real foi majorado para valor superior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses.

7 – Demais disposições

A referida Lei alterou também normas da legislação do IPI, do Imposto de Renda, sobre Compensação de Tributos, sobre a Extinção da Participação de Servidores Públicos e da Legislação Aduaneira.

Dra. Adriana Franco de Souza é advogada da área tributária da Bueno Barbosa Advogados Associados